

GOVERNO

Congresso

# Nem com PSDB Planalto garante maioria

Mesmo com a eventual adesão dos tucanos, Collor teria de negociar, especialmente com o PMDB, para aprovar projetos

RAYMUNDO COSTA



BRASÍLIA — Com ou sem o PSDB, o governo terá de continuar negociando com as oposições, principal-

mente com o PMDB, a aprovação dos projetos de seu interesse no Congresso. O reforço dos tucanos serviria apenas para ampliar a margem de manobra das lideranças governistas, como reconheceu o próprio líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG). "A palavra de ordem continua sendo negociação", afirmou ele. Além disso, a disputa pelos cargos se intensificou no interior dos partidos que apóiam o presidente, o que pode acentuar as divisões já existentes em alguns deles.

Com os 41 deputados do PSDB — admitindo-se a hipótese improvável de que todos passem a votar com o governo —, o Palácio do Planalto passaria a contar com 291 votos. Esse é um número que dá certa tranquilidade para a aprovação de projetos de lei, como o de reformulação dos portos, que exige a maioria absoluta de 252 votos, mas é insuficiente para reformar a Constituição, que requer o "sim" de 302 deputados.

**Faixa perigosa** — A rigor, segundo lideranças governistas e da oposição, o PSDB só poderia garantir, na Câmara, os votos de no máximo 21 de seus deputados. Como sempre há parlamentares viajando ou até mesmo em conflito com sua liderança, quase nunca todos os votos possíveis estão disponíveis no plenário. Isso joga os cálculos na faixa perigosa dos 252 votos. Por motivos como esse é que os líderes do governo insistem em que o caminho continua sendo o da negociação. Mas há outras razões.



Protásio Nêne/AE

## Semântica do poder

*Esperidião com Maluf, negociador da participação do PDS no governo: opção por "colaboração crítica"*

A base de sustentação do governo é formada pelo bloco PFL-PRN (125 deputados), PDS (41), PTB (31), PDC (19), PL (19) e PTR (15 deputados). Desses partidos, PDS, PTB e PL podem sair da reforma mais divididos do que entraram, por causa da disputa por cargos. O PDS, por exemplo, tem pelo menos três candidaturas ao Ministério da Agricultura, dos quais os mais cota-

dos são Nelson Marchesan (RS) e Fábio Meirelles (SP). Mas o presidente do partido, Paulo Maluf, tem objeções a Marchesan e sonha com um dos ministérios que resultaria da divisão da pasta da Infra-Estrutura e com a Secretaria de Desenvolvimento Regional.

O PDS diz que não aceita menos do que isso, caso o PSDB fique com dois ministé-

rios, como noticiado. Motivo: os dois partidos contam com o mesmo número de deputados na Câmara — 41. Mas no Senado a bancada do PDS é de apenas quatro parlamentares, contra nove tucanos. O reduzido contingente de senadores do PDS é também o argumento do PTB para exigir um número de cargos semelhante ao do partido de Maluf: muito embora na Câmara os trabalhistas tenham dez deputados a menos (31), no Senado eles contam com o dobro de representantes — oito.

**"Apoio crítico"** — As bancadas do PDS no Senado e na Câmara autorizaram ontem o presidente do partido, Paulo Maluf, a negociar com o presidente Fernando Collor a participação no governo. No início da reunião, presidida por Maluf, os parlamentares chegaram a falar em "apoio crítico" a Collor. Todos, no entanto, se renderam à observação do deputado Roberto Campos (RJ) de que a "colaboração crítica" — prestada dentro do governo — é mais eficaz do que o apoio, de fora.

Menos sutil, o deputado Prisco Viana (BA) disse que condicionar a negociação a um "programa mínimo", como fizeram o PSDB e alguns integrantes do PDS, é apenas um disfarce para encobrir objetivos pragmáticos. "O presidente quer a maioria no Congresso, e os partidos, fatias de poder", afirmou.

O ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho (PA), convidado pelo líder Esperidião Amin (SC), chegou ao final da reunião. Mas pediu para "ser poupado" do debate. Ao entrar, sob aplausos, acabou interrompendo o discurso de Campos. O senador então referiu-se ao discurso que Passarinho pronunciou na véspera, em sua volta ao Congresso: "Em oito anos de Senado, nunca vi consagração semelhante. Nem para defunto."